



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de projetos  
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA  
Ata 32ª Reunião Ordinária**

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, às 9h, na CORSAN, auditório – 18º andar, Porto Alegre – RS. **Membros presentes:** Comitê Passo Fundo – Claudir Luiz Alves; Comitê Tramandaí – Tiago Lucas Corrêa; Comitê Taquari-Antas – Júlio Salecker; Comitê Baixo Jacuí – Mário Damé; Comitê Mirim São Gonçalo – André Oliveira; SEMA – Mª Lourdes Alves; SOP – Pedro A. Dall Acqua; SDR – Carlos Gabriel Nunes. **Ausência Justificada:** Luis Augusto A. Pérsigo - Comitê Ijuí – titular. **Convidados:** Comando Ambiental da Brigada Militar – Alberto Becker. **Demais presentes:** Comitê Gravataí – Kely Boscatto; Comitê Santa Maria – Roberto Damasio de Carvalho; Comitê Mampituba – Leonila Ramos; Carmem Silva – CRH/SEMA; Patrícia Cardoso – FRH/SEMA; Deyse Ribeiro – CRH/SEMA; Paulo Germano – CORSAN. **1. Aprovação da ATA da 31ª Reunião Ordinária da CTPA;** A aprovação da ata – O Sr. Presidente questiona sobre o recebimento da ata solicita dispensa de leitura, solicitando somente a alteração na sua fala na linha 93. Gostaria de salientar a necessidade de estarmos preparados para nova gestão pois não poderei estar na diretoria. E também o Sr. Paulo Robson (inserir sobre nome do Sr. Paulo) e que este é representante da região hidrográfica. E na linha 82 substituir QUARAI PARA PASSO FUNDO. **2. Demandas CRH;** Não há demandas para serem aprovadas nesta Câmara técnica. O Sr. Presidente informa que estará apresentando no CRH o questionamento sobre o passivo, a execução da peça orçamentária, o contingenciamento, e sobre a Resolução 34/2007 – 55% para sema – 35% saneamento e o restante setoriais. **3. Situação execução do orçamento de 2015 pelas secretarias;** O Sr. Pedro Dall Acqua inicia a apresentação da execução da sua secretaria informando que dos 20 milhões acabaram ficando com 19 milhões e foram empenhados somente R\$ 2.820.000,00 sendo pago somente R\$ 84.000,00. Foram perfurados 131 poços, sendo 99 poços produtivos, beneficiando 5838 famílias. Sendo 26.000 metros de poços atingindo 77 municípios. Segundo a Sra. Maria de Lourdes do Difin o que for empenhado poderá ser pago no início do ano seguinte. A liberação de cotas não ocorreu. Geralmente em Abril há um decreto e depois uma resolução com os limites. Segundo o Sr. Presidente Julio Salecker, é realizado uma peça orçamentária que passa pela CTPA e CRH e que deve ser cumprido. Esta deve ser nossa discussão, pois apesar de este recurso estar no caixa único as regras são do fundo. O Sr. Pedro Dall Acqua informa que 2016 marca uma nova fase do saneamento, pois a lei 11.445 determina que a partir de 2016 o município que não tiver seu plano de saneamento não terá acesso a recurso federal e o conselho estadual de saneamento também lançou uma resolução onde os municípios não poderão receber recursos estaduais, e ainda, para acesso a recurso a ação tem que estar prevista no plano municipal. O Sr. Gabriel da SDR informa que não houve liberação de cotas e SRO. Então a situação em relação ficou zerada, sendo que o que foi executado foi com o recurso do BNDES. É necessário manter este recurso para o próximo ano. A Sra. Maria de Lourdes informa que a SEMA empenhou R\$ 3.386.183,67 dos R\$ 17.717.362,00 planejados, sendo liquidado R\$ 2.486.183,67. A Cota liberada este ano foi de R\$ 6.500.000,00 e ela acredita que até o fim do ano estará empenhado praticamente toda a cota. Foi realizado para a Secretaria da Fazenda uma tabela com os produtos a serem “honrados” e que antecipou bastante a solicitação baseado em um planejamento. Os recursos foram divididos basicamente em Planos de Bacia. Conforme o Sr. Claudir Luiz, há R\$ 100.000,00 reais em material permanente e se não houver solicitação de cota novamente ficará sem a possibilidade de acesso a material permanente. Segundo a Sra. Lourdes, foi sugerido aos comitês que os que pudessem abrir mão do material



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

53 permanente nos primeiros anos, e que pudessem passar para os anos seguintes.  
54 Será recebido uma cota de despesa corrente para os comitês, mas se for reduzido  
55 uma despesa corrente para material permanente será acatado. A Sra. Maria de  
56 Lourdes deixará as finanças em janeiro, Ela diz que no início foi difícil a participação  
57 por que as pessoas eram muito agressivas. Segundo ela a Câmara houve uma  
58 mudança a partir da presidência da Sra. Valéria e as pessoas que hoje compõe a  
59 câmara são pessoas que somam nas suas participações. Com o passar dos anos foi  
60 elaborado um processo que ficou mais transparente. Ela agradece a todos e informa  
61 que talvez esta será a última reunião. **4. Saldos FERH;** O Extrato da conta  
62 centralizadora no Banrisul no dia 07 de dezembro é de R\$ 131.051,000,00 e no FRH  
63 no Banco do Brasil se tem R\$ 27.731.517,69. Sendo que nos últimos meses o  
64 pagamento da Anel foi de R\$ 4.501.428,00. O passivo potencial é tudo que  
65 ingressou neste ano. O que se tem no Banrisul é um passivo acumulado. Conforme  
66 informações da Secretaria da Fazenda com a criação do SEAC todas as contas  
67 devem estar na conta do Banrisul e o saldo do BB deverá ser transferido para o  
68 Banrisul. O passivo potencial é um valor potencial contábil mas não necessariamente  
69 há a disponibilidade financeira. O Presidente informa que ao ser feita peça  
70 orçamentária em 2014 se estimou que a previsão era de R\$ 42.000.000,00 e a  
71 estimativa foi correta. Sobre a questão da devolução dos recursos não utilizados,  
72 deverá ser realizado um depósito na conta do fundo. **5. Situação convênios CB'S;**  
73 Segundo a Sra. Patrícia Cardoso estão em vigência 9 convênios e este ano foram  
74 encaminhados 12 convênios novos. Segundo ela é importante entender que cada  
75 funcionário está ligado FPE e cada setor precisa dar baixa para que o próximo possa  
76 dar a baixa também. Então é uma sequência e caso uma tranque, mesmo que  
77 fisicamente seja adiantado, no sistema não se desenvolve. Segundo o Sr. Julio para  
78 a próxima gestão será necessária botar o fundo na legalidade. E conforme ele a  
79 solução seria uma liminar para que então vire regra. Ele enfatiza de que não é contra  
80 o governo, o que é de competência do estado deve ser utilizado conforme regra do  
81 estado, mas o fundo tem o recurso. Disciplina e respeito em janeiro. A partir de  
82 janeiro deverá estar válido a nova regra de convênios. **6.Resposta da consulta à**  
83 **PGE sobre contingenciamento do FERH;** Foi montado um processo e  
84 encaminhado ao Jurídico mas o mesmo não tem andado pois as dificuldades da  
85 SEMA ainda são enormes. Neste processo esta sendo feito uma consulta e segundo  
86 a Sra. Patrícia Cardoso uma das resoluções da JUNCOF, "inserindo-se recursos  
87 federais excetuando as 0295" e que a mesma não reconhece como recurso federal.  
88 Porém ela afirma que a PGE não foi questionada ainda pois segundo a Sra. Patrícia  
89 Cardoso há uma dificuldade do jurídico em montar o ofício. O Sr. André do Mirim São  
90 Gonzalo informa que há um problema político pois este rito realmente está parado.  
91 Paralelo a isto a Sra Patricia informa que a ANA ligou ao CRH questionando a  
92 relação da SEMA e o acesso aos fundo, segundo ela o questionamento é se os  
93 usuários estão tendo acesso aos benefícios. Segundo ela todos os estados estão  
94 com dificuldades de acesso ao fundo. Segundo a Sra. Patrícia Cardoso a lei da  
95 compensação financeira não informa que o estado é obrigado a gastar. Segundo o  
96 Sr. Julio então é importante que conste em ata para que futuramente não sejamos  
97 questionados sobre a inatividade desta Câmara Técnica. **7. Eleição gestão 2016**  
98 **CTPA;** O presidente abre para inscrição de candidatos sendo que o Sr. Tiago Lucas  
99 Corrêa. **8. Assuntos gerais.** A reunião será mantida como anteriormente sendo que  
100 deverá ser a tarde. O Sr. Damé questiona se Secretaria executiva do fundo será  
101 mantida? Conforme a Sra. Patrícia não se sabe como funcionará ainda pois não se  
102 sabe quem ocupará a função da Sra. Maria de Lourdes. O Sr. Tiago Corrêa  
103 questiona sobre a estrutura do Consema e da estrutura do CRH e o por que não há  
104 esta estrutura do CRH nas câmaras técnicas. A Sra. Patrícia Cardoso informa que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

105 não consta no regimento interno. O Sr. Pedro Dall Acqua informa que na ultima  
106 reunião do ZEE informou que foi mencionado a questão de uma reunião em conjunto  
107 para esta temática. (ZEE). O Sr Júlio informa que agradece a presença de todos e  
108 finaliza a reunião.